O Brasil que chega às urnas

Ana Paula Costa · 26.09.2026

ELEIÇÕES BRASIL 2026 · POLÍTICA · SOCIEDADE

Acompanhar as eleições brasileiras de 2026, sobretudo estando fora do Brasil, tem sido um exercício de atenção permanente. Talvez porque, de longe, a política brasileira pareça ainda mais concentrada na figura de quem ocupa, ou pretende ocupar, o Palácio do Planalto. Mas, em outubro, o país não escolherá apenas o seu próximo presidente: elegerá também governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais. E é justamente aí que começa uma parte essencial da história.

> É preciso olhar para quem ocupará o Congresso Nacional, visto que o presidente eleito precisará negociar, construir maiorias, formar alianças e produzir consensos, ou enfrentar bloqueios, com a Câmara dos Deputados e o Senado.

Num sistema que a literatura política brasileira há décadas descreve a partir da ideia de presidencialismo de coalizão, não basta saber quem ocupará a Presidência. É preciso olhar para quem ocupará o Congresso Nacional, visto que o presidente eleito precisará negociar, construir maiorias, formar alianças e produzir consensos, ou enfrentar bloqueios, com a Câmara dos Deputados e o Senado.

A poucos dias do primeiro turno, nas sondagens, ainda com margens apertadas, dois nomes lideram: o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que disputa a reeleição, e Flávio Bolsonaro (PL), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, preso e inelegível até 2030 por crimes ligados à tentativa de golpe de Estado após a derrota eleitoral de 2022.

É na candidatura de Flávio Bolsonaro que aparece uma das características mais particulares, e politicamente reveladoras, desta eleição. Depois da condenação de Jair Bolsonaro por crimes relacionados à tentativa de golpe de Estado e da sua inelegibilidade, o capital político da família passou para o filho, o «escolhido». A candidatura de Flávio representa, assim, uma espécie de continuidade familiar de um projeto político construído em torno do sobrenome Bolsonaro e dos evangélicos. Mais do que uma questão de parentesco e de religião, o fenómeno levanta uma pergunta sobre a própria natureza da representação política, numa transferência quase dinástica de uma candidatura presidencial, algo bastante questionável, no mínimo, numa democracia.

A questão ganhou uma camada adicional com o caso envolvendo Daniel Vorcaro, ex-controlador do Banco Master. O candidato Flávio confirmou ter procurado o banqueiro para obter financiamento para *Dark Horse*, uma cinebiografia sobre Jair Bolsonaro, com um valor inicialmente negociado de R$ 134 milhões, mas reportagens posteriores apontaram transferências na casa das dezenas de milhões.

> Fundos de pensão de estados como o Rio de Janeiro tinham exposição ao Banco Master, o que significa que parte dos recursos negociados por Flávio Bolsonaro pode ter raiz em poupança pública, de trabalhadores reformados.

O pormenor que agrava o episódio é a origem indireta desse dinheiro: fundos de pensão de estados como o Rio de Janeiro tinham exposição ao Banco Master, o que significa que parte dos recursos negociados por Flávio Bolsonaro pode ter raiz em poupança pública, de trabalhadores reformados. O candidato defende tratar-se de «patrocínio privado», mas o episódio já custou apoios no próprio campo da direita.

Do lado do presidente Lula da Silva, o desafio é de outra natureza, embora não menos exigente numa corrida eleitoral: a sua campanha precisa de administrar o peso da própria história. A memória dos primeiros governos do PT continua sendo um recurso político importante, assim como a comparação com os anos Bolsonaro. Contudo, memória política não é necessariamente experiência política, visto que há uma geração inteira de brasileiros para quem 2003 está muito distante.

> Do lado do presidente Lula da Silva, o desafio é de outra natureza, embora não menos exigente numa corrida eleitoral: a sua campanha precisa de administrar o peso da própria história.

E há uma crise que atravessa quase todas essas dimensões, a crise do Supremo Tribunal Federal (STF). O STF, que nos últimos anos esteve no centro da defesa das instituições democráticas diante dos ataques de Jair Bolsonaro e de seus aliados, chega às eleições de 2026 profundamente desgastado. A investigação envolvendo o Banco Master expôs contatos entre o ex-banqueiro Daniel Vorcaro e diferentes figuras do sistema de Justiça, incluindo o ministro Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, e desencadeou uma disputa interna na própria Corte. A divulgação de mensagens, a quebra de sigilos, acusações entre ministros e decisões conflitantes envolvendo Alexandre de Moraes, André Mendonça e Flávio Dino fizeram com que uma crise que inicialmente parecia circunscrita a um caso judicial passasse a adquirir dimensão institucional e eleitoral.

O candidato Flávio Bolsonaro transformou os ataques ao STF, especialmente a Alexandre de Moraes, em uma das bandeiras da sua campanha, enquanto o Presidente Lula da Silva procurou se afastar da crise e afirmou que o Supremo precisa ser um exemplo e não contribuir para o aumento da desconfiança da sociedade.

> O STF, que nos últimos anos esteve no centro da defesa das instituições democráticas diante dos ataques de Jair Bolsonaro e de seus aliados, chega às eleições de 2026 profundamente desgastado.

Na campanha do Presidente Lula, é nesse espaço entre memória e experiência que entram questões concretas, sendo o debate sobre o fim da escala 6x1 é um exemplo particularmente interessante. A Câmara dos Deputados aprovou em maio uma proposta que prevê a redução gradual da jornada máxima de 44 para 40 horas semanais, com dois dias de descanso. No Senado, a proposta passou pela Comissão

de Constituição e Justiça em setembro, mas não chegou ao plenário antes das eleições.

Politicamente, a importância do tema vai além da tramitação legislativa, pois a jornada de trabalho traduz a questão dos direitos laborais em algo que pode ser compreendido na experiência quotidiana: quanto tempo resta para viver depois de trabalhar? É nesse tipo de questão que uma eleição deixa de ser apenas uma disputa entre nomes e passa a ser uma disputa sobre projetos de sociedade, debate que os brasileiros não tiveram a hipótese de realizar nessas eleições.

> A eleição brasileira passou a ser atravessada por uma disputa geopolítica que se mistura com a disputa interna sobre democracia, soberania e instituições.

Mas o Brasil de 2026 também está a votar sob uma pressão que não vem apenas de dentro. As relações com os Estados Unidos entraram diretamente na campanha eleitoral, em julho, o governo de Donald Trump anunciou tarifas de 25% sobre produtos brasileiros, justificadas por Washington por alegadas práticas comerciais desleais, incluindo questões relacionadas ao comércio digital, sistemas de pagamentos eletrónicos, propriedade intelectual e outros temas.

O Presidente Lula da Silva respondeu politicamente, apresentando as tarifas como parte de uma tentativa de pressão sobre o Brasil, ao mesmo tempo que a relação entre o bolsonarismo e setores da política norte-americana tornou-se um dos elementos do debate eleitoral. O resultado é uma situação particularmente complexa: a eleição brasileira passou a ser atravessada por uma disputa geopolítica que se mistura com a disputa interna sobre democracia, soberania e instituições.

> As chamadas *bets*, legalizadas e posteriormente submetidas a um processo de regulação, transformaram-se num problema que cruza economia, consumo, endividamento e saúde pública.

Há ainda outro fenómeno que atravessa essa eleição e que talvez diga mais sobre o Brasil contemporâneo do que muitos discursos eleitorais: as apostas online. As chamadas *bets*, legalizadas e posteriormente submetidas a um processo de regulação, transformaram-se num problema que cruza economia, consumo, endividamento e saúde pública. É uma realidade que atravessa classes sociais e gerações.

Talvez seja por isso que esta eleição seja tão difícil de acompanhar de fora, porque se trata de acompanhar uma disputa presidencial, a composição do Congresso, a organização da direita brasileira, a tentativa de reconstrução de um campo progressista, a disputa em torno das instituições, os efeitos da economia sobre a vida quotidiana e a crescente interferência de conflitos internacionais na política doméstica.

O eleitor chega às urnas depois de anos em que a política parece nunca ter saído do estado de emergência, com polarização, tentativa de rutura institucional, a condenação de Bolsonaro, a disputa em torno do STF, agora uma crise dentro da própria Corte e, simultaneamente, uma pressão internacional

que se mistura com a campanha eleitoral.

Em outubro, o Brasil não escolherá apenas quem o governará, mas escolherá também quem ocupará os lugares a partir dos quais esse governo poderá, ou não, governar. E, talvez mais profundamente, voltará a decidir que tipo de democracia pretende construir num momento em que a própria democracia está tantas vezes no centro da disputa.

O Brasil chega às urnas cansado, mas ainda de pé. Um país exausto, atravessando uma corda bamba, tentando não perder o equilíbrio enquanto procura, mais uma vez, um caminho para seguir em frente.

Progressistas — https://progressistas.pt/artigo/o-brasil-que-chega-as-urnas